

Superior Tribunal de Justiça

PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.495.647 - SC (2014/0297027-3)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
REQUERENTE : FIBRA ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA
ADVOGADOS : RUBENS JOSE NOVAKOSKI F VELLOZA E OUTRO(S) - SP110862
LEONARDO AUGUSTO ANDRADE - SP220925
REQUERIDO : MUNICÍPIO DE TUBARÃO
ADVOGADO : CLÁUDIO ROBERTO NUNES GOLGO E OUTRO(S) - SC016743

DESPACHO

Às fls. 953/955, **Fibra Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** apresenta a petição de n. 00645551/2019, na qual reitera o pedido de fls. 989/900, concernente à extinção da execução fiscal e consequentemente dos respectivos embargos (0003559-52.2004.8.24.0075), objeto deste recurso especial. Sustenta que o débito discutido nos embargos à execução fiscal vinculados a este recurso especial refere-se à multa administrativa complementar decorrente da obrigação tributária extinta em outra execução fiscal (embargos à execução fiscal nº 0003558-67.2004.8.24.0075), de modo que a extinção desta levaria à resolução daquela.

Com efeito, não obstante os judiciosos argumentos trazidos pela ora requerente, cumpre destacar que não foi acostada aos autos qualquer documentação que amparasse o pleito de extinção dos embargos à execução fiscal. Aliás, nem sequer foi anexado o andamento dos embargos à execução fiscal nº 0003558-67.2004.8.24.0075 e do próprio feito executivo. Também não foram apresentadas as decisões que teriam determinado a extinção da execução fiscal que supostamente afetariam o trâmite do presente recurso especial.

Assim, além de esta Corte superior não ter competência para analisar questões fáticas, a parte ora requerente não demonstrou de forma cabal e incontestada suas alegações, impossibilitando o exame do pedido trazido nesta petição.

ANTE O EXPOSTO, indefiro o pleito.

Após, retornem-me conclusos.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

